



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-4 – Gestão e Informação do Conhecimento

AS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE: ANÁLISE DE SERVIÇOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS, HUMANOS E ORÇAMENTÁRIOS

THE LIBRARIES OF THE FEDERAL UNIVERSITIES OF THE SOUTHEAST REGION: ANALYSIS OF TECHNOLOGICAL, HUMAN AND BUDGETARY SERVICES AND RESOURCES

Antônio Afonso Pereira Júnior - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Marlene Oliveira Teixeira Melo - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A pesquisa analisa as bibliotecas universitárias das universidades federais brasileiras da região sudeste quanto aos recursos orçamentários e tecnológicos para desenvolver serviços e produtos para comunidade acadêmica. O universo do estudo reúne 19 bibliotecas universitárias federais da região sudeste do país, no recorte temporal de 2017 a 2019. A pesquisa foi um levantamento de marco teórico que apresenta a história da universidade no Brasil e da biblioteca universitária. E a segunda à coleta dos dados, na forma de um questionário enviado as unidades de informação. Para a análise dos dados coletados, foram selecionadas algumas categorias a partir do questionário.

Palavras-chave: biblioteca universitária; universidades federais; orçamento público.

Abstract: The research analyzes the university libraries of Brazilian federal universities in the southeastern region regarding budgetary and technological resources to develop services and products for the academic community. The study universe comprises 19 federal university libraries in the southeastern region of the country, in the period from 2017 to 2019. The research was a survey of a theoretical framework that presents the history of the university in Brazil, the university library. And the second to data collection, in the form of a questionnaire sent to the information units. For the analysis of the collected data, some categories were selected from the questionnaire.

Keywords: university library; federal universities; public budgeting.

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas possuem importante papel na difusão e na democratização do conhecimento, bem como na gestão do saber. As bibliotecas dão suporte ao ensino difundido

dentro da universidade, assim como às atividades de pesquisa e extensão. As bibliotecas universitárias brasileiras passaram por momentos de incentivo e de desmonte ao longo do tempo, mas tornaram-se objeto de estudo de pesquisadores da Ciência da Informação e Biblioteconomia a partir de 1980, data do primeiro Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU). É importante um conhecimento mais específico da realidade das bibliotecas universitárias das Universidades Federais, que possibilite uma visão atualizada dessas bibliotecas por meio de um diagnóstico que permita estabelecer as áreas que devem ser reforçadas para o melhoramento da biblioteca universitária. Propõe-se uma pesquisa junto às 19 bibliotecas universitárias federais da região sudeste para responder aos questionamentos e, assim, trazer novos conhecimentos sobre as mesmas. A região sudeste é a que possui maior número de universidades federais e, conseqüentemente, de bibliotecas universitárias. A pesquisa se justifica pela contribuição ao conhecimento sobre bibliotecas universitárias públicas para a Ciência da Informação e um resgate do marco teórico das universidades federais, das bibliotecas universitárias, do orçamento público para universidades e sobre serviços e tecnologias e recursos humanos empregados nas mesmas.

1.1 Objetivo geral

Analisar as bibliotecas universitárias da rede pública na região sudeste quanto aos recursos humanos, orçamentários e tecnológicos para desenvolver serviços e produtos.

1.2 Objetivos específicos

- a) identificar o orçamento médio das bibliotecas universitárias;
- b) levantar o número de bibliotecários de cada biblioteca;
- c) mapear os serviços e os produtos oferecidos por essas bibliotecas;
- d) levantar os recursos tecnológicos e de compartilhamento tecnológico existentes nas bibliotecas;

2 DESENVOLVIMENTO

Para entender o histórico da biblioteca universitária, é preciso entender a história da universidade brasileira, máxima corroborada por Toscano e Santos Júnior (2013) diante da afirmação de que precisa haver uma compreensão histórica ao longo da trajetória das universidades públicas. A universidade brasileira começou a ser desenhada no período

colonial. De acordo com Cid (1997), a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola no século XVI, trouxe os jesuítas que tiveram uma enorme importância no ensino superior dos países católicos. Segundo Moraes (2006), a biblioteca universitária brasileira tem sua origem na Bahia com a expulsão da Companhia de Jesus. A biblioteca da Bahia, ligada ao ensino das ciências, possuía os livros de Newton e Descartes. Em 1760, a biblioteca do Colégio de Santo Alexandre, no Pará, tinha mais de 2.000 volumes. No Rio de Janeiro, o Colégio dos Jesuítas tinha em torno 5.000 volumes no século XVIII.

Segundo Fávero (2010), com o regime republicano, o ensino superior foi mantido como atribuição do poder federal, mas não de maneira exclusiva. Na Constituição de 1891 (art. 35, parágrafo 3º) cita-se “ser atribuição do Congresso Nacional criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados”. Fávero (2010) relata que o projeto de universidade do governo Vargas propaga a ideia da universidade técnica, voltada para a formação profissional do trabalhador brasileiro, dentro de uma lógica autoritária e definidora da identidade nacional. Em 1964 ocorreu o golpe militar. Em 20 de agosto de 1965, o presidente Castelo Branco sanciona a Lei nº 4.759, determinando que as universidades e escolas técnicas das capitais sejam qualificadas pelo termo federal e denominadas pelo respectivo estado-membro, por exemplo, a universidade de Minas Gerais passava a ser chamada de Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); já aquelas que detinham sua sede fora da capital do estado, seriam qualificadas como federais seguidas do nome da cidade. A Reforma Universitária de 1968 não especificou diretrizes de mudança ou adaptação para a biblioteca universitária, o que dificultou a interpretação quanto às alterações nas bibliotecas. No advento da Nova República, em 15 de março de 1985, assumiu o governo do Brasil o senhor José Sarney (1985 – 1990). Então emergiram princípios fundamentais para as universidades públicas: a autonomia universitária e a necessidade de democratização do acesso à universidade pública, com ampliação das vagas para um maior contingente populacional. (TOSCANO; SANTOS JÚNIOR, 2013). A primeira política pública feita para as bibliotecas universitárias, o PNBu, foi apresentada pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC por meio da Portaria nº 287, de 24 de abril de 1986. A criação do PNBu, para Chastinet (1990), ocorreu devido ao fortalecimento da pós-graduação na década de 70, o que refletiu positivamente na biblioteca universitária. Os profissionais realizaram discussões entre as instituições e em 1979 criaram seu fórum de debates, o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU). A política nacional de educação superior, feita pelo MEC, através da

Secretaria de Educação Superior – SESu, institucionalizou o PNBu. A viabilidade do PNBu deveu-se ao empenho da coordenadora do plano e sua liderança, Yone Chastinet e as articulações com os bibliotecários e dirigentes das universidades, pois as condições institucionais frágeis e a questão orçamentária contribuíram para a desativar o programa. Uma outra tentativa de política pública foi a sanção da Lei nº 13.005, de junho de 2014, que contém o Plano Nacional de Educação – PNE, que propõe ampliar e reestruturar as bibliotecas da educação superior. Diante de tudo exposto, não há uma política específica e muito menos sua inclusão explícita em planos, programas e ações governamentais para as bibliotecas universitárias.

Segundo Cunha e Diógenes (2016), a cooperação entre bibliotecas foi incentivada por instituições, tais como o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), desenvolvedor de projetos de cooperação. Entre esses projetos, destacam-se o Catálogo Coletivo Nacional de Publicação Seriadas e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. O Catálogo Coletivo Nacional de Publicação Seriadas (CCN), por sua vez, foi criado em 1954, pelo IBBB, antigo IBICT reúne informações de periódicos científicos abrigados nas bibliotecas das universidades federais. Ainda nos anos 70 surgiu o projeto CALCO, segundo Lima (1999) o BIBLIODATA/CALCO paralisou suas atividades porque a rede não conseguia gerar os recursos financeiros necessários para ampliar os equipamentos que haviam sido inicialmente disponibilizados pela FGV para instalação do catálogo coletivo. O Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) foi criado em 1980, vinculado à CAPES, pela Portaria nº 456, de 5 de agosto de 1980, do Ministério da Educação. Outro destaque é a base científica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) criada em 1998 e o Portal de periódicos da CAPES, de 2000.

Para Cunha (2000), a tecnologia é um vetor de mudança e afetará as atividades acadêmicas e a própria natureza da educação superior. Krzyzanowski (2007) discorre que, no Brasil, a área da informação técnico-científica, observa uma evolução crescente dos meios tradicionais para os recursos informatizados. As implementações de experiências de interação nos serviços bibliotecários foram bem-sucedidas, com o intuito de ampliar e facilitar a identificação e localização, para posterior obtenção de documentos primários com o apoio da tecnologia de cooperação. Lubisco (2011) constatou que até mesmo os serviços essenciais para o funcionamento de uma biblioteca necessitam de uma tecnologia envolvida para funcionar. Os processos de empréstimo são automatizados e se integram ao sistema

acadêmico das universidades, ocorrem algumas incompatibilidades; os serviços de atendimento ao usuário contam com facilidades de comunicação interna e externa (telefone, e-mail e outros) para referência virtual. Segundo Noh (2015), a evolução da web desenvolve o contexto da sociedade e por sua vez da biblioteca universitária. A era do 1.0, da informação passiva, deu lugar à interatividade na web 2.0. Já a web 3.0 é a realidade para nativos digitais, que estão usando o mundo virtual cada vez mais em todos os seus contextos, para lazer como redes sociais (*Facebook e Instagram*) para educação (*Zoom, Teams*), saúde (aplicativos de plano de saúde e do SUS para agendar consultas, exames), finanças (*Internet Banking*). A era 4.0 será a do online constante, ou seja, “sempre ligado”. A tecnologia e ser humano estarão permanentemente conectados.

O orçamento público constitui uma ferramenta dos diversos níveis de governo, no qual são projetados os ingressos e gastos orçamentários a serem realizados em determinado período, com o objetivo de executar os programas das políticas de governo, transferências constitucionais, legais e voluntárias, além dos pagamentos de dívidas e encargos (BEZERRA FILHO, 2012). A execução orçamentária contempla os gastos realizados pelos órgãos públicos em bens e serviços, com a dotação autorizada pelo orçamento. O orçamento das universidades prevê a existência de despesas não-obrigatórias (água, luz, trabalhadores terceirizados, bolsas acadêmicas, insumos de pesquisa, compra de equipamentos básicos para laboratórios) e obrigatórias (salários dos servidores e as aposentadorias), sendo variável em cada universidade. Apesar de a Constituição Federal fixar a autonomia de gestão financeira para as instituições federais, a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, impôs um crescente contingenciamento orçamentário restringindo o repasse financeiro da União para as IFES, o que tem incentivado as universidades a uma busca gradativa por captação de recursos próprios, as chamadas receitas próprias, que também são alvo das políticas de ajuste fiscal. A realidade é corte de gastos e recursos cada vez mais finitos. A situação dos orçamentos das bibliotecas universitárias deve ser comprometida devido tantos cortes.

A pesquisa caracteriza-se por ser descritiva e exploratória, utilizando os procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental para a abordagem do histórico da biblioteca universitária. Ocorreu a aplicação de questionários de análises quantitativa e qualitativa que foram enviados a todas bibliotecas das universidades da região sudeste, pedindo os dados no período do triênio de 2017 a 2019. A estratégia quantitativa é a pesquisa de levantamento, que segundo Creswell (2010) proporciona uma descrição quantitativa de tendências, atitudes e

características na análise de uma população. Os questionários foram enviados por e-mail. Decorridos dois meses do envio por e-mail, obteve-se o total de treze respostas, o equivalente a 68,42% da população.

A pesquisa caracteriza-se por ser descritiva e exploratória, utilizando os procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental para a abordagem do histórico da biblioteca universitária. Ocorreu a aplicação de questionários de análises quantitativa e qualitativa que foram enviados a todas bibliotecas das universidades da região sudeste, pedindo os dados no período do triênio de 2017 a 2019. A estratégia quantitativa é a pesquisa de levantamento, que segundo Creswell (2010) proporciona uma descrição quantitativa de tendências, atitudes e características na análise de uma população. Os questionários foram enviados por e-mail. Decorridos dois meses do envio por e-mail, obteve-se o total de treze respostas, o equivalente a 68,42% da população.

Uma preocupação do estudo foi verificar o entendimento de cada unidade sobre os recursos orçamentários a ela destinado. É bastante expressivo o índice daquelas universidades que destinam recursos específicos para a biblioteca (76,9%). Este quantitativo é pertinente, mas não o ideal, já que outras 23,1% não possuem recursos específicos. Apesar disso, pode-se inferir que os gestores entrevistados possuem pouco conhecimento acerca do orçamento da própria biblioteca em que trabalham. Os treze respondentes não possuíam acesso a esses dados ou não tinham interesse em obtê-los.

Este fato pode demonstrar também uma posição passiva quanto a este desconhecimento e falta de acesso aos dados orçamentários. A questão orçamentária é fundamental para o desenvolvimento da biblioteca universitária. Para aqueles que responderam afirmativamente à existência de recursos específicos para a biblioteca, foi solicitado informar o valor orçamentário nos anos de 2017, 2018 e 2019. Os resultados estão dispostos no Quadro 1:

Quadro 1 – Valor orçamentário.

2017	2018	2019
R\$ 82.416,31	R\$ 185.888,19	R\$ 8.000,00
R\$ 221.000,00	R\$ 295.145,00	R\$ 185.888,19
R\$ 230.883,42	R\$ 393.800,00	R\$ 300.000,00
R\$ 295.145,00	R\$ 500.000,00	R\$ 384.170,00
R\$ 616.000,00	R\$ 2.075.517,38	R\$ 500.000,00
R\$ 1.300.000,00	R\$ 3.284.942,98	R\$ 2.607.597,87
Média - R\$ 457.574,12	Média - R\$ 1.122.548,93	Média - R\$ 664.276,01

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Apenas seis participantes da pesquisa (46,2%) apresentaram essa informação. Os valores orçamentários estão discriminados em ordem crescente por ano, assim como uma média dos mesmos. Comparando-se as médias, percebe-se um valor significativamente maior para o ano de 2018. Em 2019 temos valores depreciados em relação a 2018.

A biblioteca universitária pública no Brasil dentre outras bibliotecas é mais aquinhoadada e poderia contar com recursos tecnológicos mais sofisticados. Tais informações deixam impressão de que a biblioteca universitária não está recebendo a atenção merecida. Os atendimentos especiais ofertados pelas bibliotecas, as respostas são diversas e pulverizadas. Treinamentos específicos para os docentes/pesquisadores e empréstimo especial com quantidade maior de itens bibliográficos contaram com mais de um respondente. A pesquisa bibliográfica, que é um atendimento especial, só obteve uma resposta. Outras respostas se diluem em termos bibliotecários, mas sem muita clareza da função dos mesmos. As informações sobre atendimento ao empreendedorismo não esclarecem muito sobre o atendimento ao pesquisador. Todas as bibliotecas universitárias apresentaram algum recurso tecnológico, por exemplo o uso do catálogo online. Não se percebem tecnologias de grande alcance para interação com outras bibliotecas fora da universidade ou sistemas internacionais. Os itens mais citados, com 10,5% das respostas, se referem a e-books, empréstimo entre bibliotecas e treinamento à pesquisa em bases de dados. Seguem, também com índices expressivos, o repositório institucional da produção científica.

Sobre os recursos humanos os dados obtidos, pode-se verificar que as bibliotecas universitárias da amostra, em sua maioria (61,6%), possuem até 30 bibliotecários. Duas bibliotecas declararam dispor mais de cem bibliotecários e apenas uma declarou mais 200 bibliotecários em sua unidade. Deve-se considerar, no entanto, o tamanho dessas universidades pois algumas possuem mais de um campus e muitas bibliotecas setoriais. O bom funcionamento da biblioteca universitária depende do número de bibliotecários, mas também do quantitativo de professores e alunos que atende. No que diz respeito à comunidade acadêmica, foram levantados os quantitativos de professores e alunos das universidades. Cabe ressaltar que duas universidades passaram os dados de 2019, e as demais não especificaram o ano de referência. A maior concentração está nas universidades que contam com 500 a 1000 professores (38,5%). Ao analisar essas informações observam-se duas questões importantes. Diz respeito à gestão dos recursos humanos e orçamentários que não conta com a biblioteca universitária como liderança. Como informa um dos respondentes, tais recursos variam de acordo com o tempo de cada reitor e sua visão mais clara ou não quanto à funcionalidade inovadora da biblioteca universitária.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das análises e resultados, percebe-se que apesar de perda orçamentária, redução de número de bibliotecários e com recursos tecnológicos limitados, as bibliotecas universitárias da região sudeste realizam com pouco esforço uma série de serviços para suas respectivas comunidades acadêmicas.

É importante refletir sobre a questão orçamentária, tecnológica e os recursos humanos na biblioteca universitária, rever sua história e seu valor institucional, seu alcance, sua funcionalidade dentro da universidade federal assim como seu crescimento para melhorar a gestão e inovação.

A queda acentuada de orçamento pode se tornar uma oportunidade de parcerias e consórcios, seja como possibilidade de amenizar ou mesmo solucionar possíveis problemas relacionados à (falta) de verba orçamentária quanto a atingir novos patamares de acesso e uso de recursos informacionais. Cada resposta obtida requer uma análise profunda de como os bibliotecários, que são os gestores dos sistemas de bibliotecas, entendem os aspectos dos recursos humanos, orçamentários e tecnológicos, como eles influem no cotidiano e na prestação de serviços à comunidade universitária. O entendimento pode propor soluções para

lidar com os cortes orçamentários, como proposições de parcerias, consórcios. E até mesmo o bibliotecário universitário poderá se reposicionar na estrutura da universidade, tendo um destaque na gestão pública. Existe uma carência de estudos, sendo este um estudo basilar de foco regional que poderá, posteriormente, motivar uma pesquisa em âmbito nacional, com atores como CBBU da FEBAB ou o grupo de trabalho de estudos sobre biblioteca universitária do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). Pode-se pensar, ainda, em estudos comparativos entre países, como por exemplo Brasil e Estados Unidos, Rússia, China, entre outros. Podem ser estabelecidos requisitos para qualificar uma biblioteca universitária, além do seu acervo. Outro assunto que fica latente, e que pode ser observado nas entrelinhas da pesquisa, é a questão da liderança do bibliotecário.

Os bibliotecários gestores das bibliotecas universitárias precisam entender sobre os meandros da burocracia federal, entender a questão orçamentária, entender de política e do seu funcionamento dentro da universidade. Deve saber, ainda, sobre as instâncias que refletem os valores acadêmicos.

REFERÊNCIAS

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público**: abordagem simples e objetiva. São Paulo: Atlas, 2012.

CHASTINET, Yone. **A criação do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias – PROBIB e a implementação do I Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – I PNBU**: 1986-1989. Brasília: SESu/PNBU, 1990.

CID, Isabel. A fundação da Universidade de Évora. *In: História da universidade em Portugal*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. v. 1, t. 2. p. 395-402.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira do ano 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 100-123, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p100/32344>. Acesso em: 25 maio 2019.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Fávero. Cooperação em bibliotecas no Brasil: um panorama da década de 50 até nossos dias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-24, ago. 2007. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/27>. Acesso em: 5 set. 2020.

LIMA, Gercina Ângela Borém. Softwares para automação de bibliotecas e centros de documentação na literatura brasileira até 1998. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 310-321, set./dez. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a9.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2020.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert (org.). **Biblioteca universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão**. Salvador: EDUFBA, 2011.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

NOH, Younghee. Imaging library 4.0: creating a model for future libraries. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 41, n. 6, p. 786-797, nov. 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0099133315001780?via%3Dihub>. Acesso em: 27 mar. 2021.

TARAPANOFF, Kira. Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil: sua posição sócio-econômica e estrutural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2., 1981, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília: CAPES, 1981. p. 9-35. Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais_anterior/II-SNBU.pdf. Acesso em: 23 abr. 2019.